

# EXPERIÊNCIAS DE SUJEITOS DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS, VINCULADAS À REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONJUGAL E FAMILIAR EM UBERLÂNDIA-MG. 1988 a 2012 <sup>1</sup>

Cláudia Costa Guerra (\*)

## 1. Apresentação

Esse trabalho se propõe refletir sobre o projeto de pesquisa inicialmente apresentado e aprovado no processo seletivo do doutorado em História, da Universidade Federal de Uberlândia, cujo título provisório “Decifrando significados das representações de violência e de gênero: discursos e práticas de atores(atrizes) de instituições sociais, em Uberlândia-MG. (1988 a 2012)”, agora à luz das leituras, discussões e apontamentos de caminhos para a sua efetivação a partir da disciplina “Culturas, Espaços e Sociabilidades”. Buscando desnaturalizar o tema e a periodização que se constituem no social e a partir de problematizações do presente e da relação ativa desse com o passado, esse projeto inicial sofre alterações e algumas das relevantes contribuições do curso serão nesse “paper” apresentadas, tendo como exemplo de fonte de análise, sugerido pela professora da disciplina, especialmente reportagens da imprensa uberlandense (1987 a 1996), entendendo os “meios de comunicação como meios de produção” (WILLIANS, 2011).

Quanto à relação pesquisadora e escolha, assim como as motivações pessoais e acadêmicas, há preocupação recorrente sobre que história contar à sociedade e o que e de que forma devolver para os sujeitos com os quais dialogo: profissionais das instituições e usuários(as)/agentes dos serviços por elas oferecidos, sobre suas experiências duramente adquiridas e que, generosamente, me fornecem, numa troca, evidências, informações para o trabalho acadêmico. (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2000). Não é uma relação desinteressada, por vezes desigual e permeada por poder, e a pesquisadora tem o desejo de que o trabalho acadêmico possa contribuir com o desenvolvimento e ampliação de políticas públicas na área e melhoria da vida das pessoas que vivem situações de violência conjugal e familiar.

---

<sup>1</sup>“Paper” conclusivo que reflete sobre o projeto de pesquisa apresentado ao doutorado, à luz das leituras realizadas e apontamentos sobre caminhos para sua efetivação, por meio da disciplina “Culturas, Espaços e Sociabilidades”, ministrada pela profa. Dra. Célia Rocha Calvo, do Programa de Pós Graduação em História Social, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, no 1º- semestre de 2013.

(\*) Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Puga. E-mail: guerra.professora@gmail.com.

Pode-se dizer que a estudiosa, ao escolher e ser escolhida pelo tema possui uma história pessoal marcada por um tipo de “matriarcado” geracional e por um crime passional familiar. Do lado materno, bisavó, avó, tias e mãe tornaram-se, ainda jovens, “chefes” de família, com a ausência do masculino, seja por assassinato de um deles ou por deles terem se separado. E com dificuldades financeiras e privações, criaram as(os) filhas(os), na sua maioria mulheres. Meu pai presenciou, aos cinco anos de idade, o próprio pai, por ciúmes e suspeita de traição, assassinar a mãe. Meus pais se separaram quando eu tinha sete anos e ele tendo a bebida como companheira em sua trajetória, não conseguiu vivenciar essa experiência paterna junto aos(às) filhos(as). Depois de adulta e ele mais velho, tive a chance da curta convivência com o mesmo. Ele veio morar na mesma cidade que eu e após um “check up” por minha insistência para preventivamente verificar como estava a saúde, nada foi encontrado de grave. (Re)começamos uma relação impossibilitada por uma vida. No entanto, depois de beber por quase toda a vida e de repente parar, causando a todos surpresa é que então foi descoberto um câncer silencioso e já generalizado e meu pai é consumido por ele em três meses. No contexto da doença, tive a oportunidade de vivenciar o “ser filha”, convidá-lo para residir em meu lar e cuidarmos um do outro até o seu falecimento. Não parece casual estar há mais de 20 anos envolvida com reflexões e práticas de combate à violência conjugal e familiar, com o intuito de contribuir para que outros(as) não vivenciem situações semelhantes.

Essa pesquisadora vem desde a graduação dedicando-se à temática, tendo desenvolvido o Mestrado sobre o assunto: “Descortinando o Poder e a Violência nas Relações de Gênero: Uberlândia-MG.(1980-1995)”, mas com temporalidade, enfoques, problemas do presente, certamente diferentes dos da proposta para o doutorado. Tem associado à reflexão teórica e atuação voluntária e cotidiana na ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia há 16 anos, sendo uma das membro fundadoras, ao tentar devolver à sociedade de Uberlândia, em forma de serviço a ser prestado, parte do que dela extraiu para o Mestrado.

Participa como pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, sendo uma das suas fundadoras e, ainda, acumulou experiência de ter sido convidada a fazer gestão, sendo diretora, por curto período de tempo (2000-2002), no poder público municipal, da então Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero e Casa Abrigo Travessia para mulheres e filhos(as) em risco pela violência doméstica.

Em 2012, também passou a atuar como pesquisadora do GPECPOP (Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia), com foco no subgrupo (Con)Vivendo sem Violência:

uma experiência de pesquisa e intervenção no carente Bairro Morumbi, um grupo de convivência com mulheres das unidades produtivas da ONG Ação Moradia, em Uberlândia.

Essa trajetória revela que a pesquisadora participa de uma luta política de seu tempo, talvez como forma de acerto de contas com o passado.

Como justificativa acadêmica, poucos são os trabalhos encontrados sobre o tema, na área de História, a partir da base de dados do ISI Web of Knowledge, conforme retratam os quadros abaixo:

Quadro 1 – Base de dados de artigos internacionais - sem delimitação de período:

Palavra-chave	Base de dados	Quantidade de artigos			
		Geral	Ciências Sociais	História	% geral
Domestic Violence	ISI WEB of Knowledge	8.575	5.644	14	0,16%
Gender Violence	ISI WEB of Knowledge	6.562	4.672	18	0,27%
Marital Violence	ISI WEB of Knowledge	1.573	1.256	4	0,25%
Conjugal Violence	ISI WEB of Knowledge	84	49	2	2,38%
Violence against woman	ISI WEB of Knowledge	2.841	1.834	8	0,28%
Gender Relations	ISI WEB of Knowledge	18.923	10.044	56	0,30%

Fonte: ISI Web of Knowledge, agosto de 2012. Levantamento realizado pela pesquisadora.

Uma pesquisa no Scielo (agosto 2012) também aponta para produções nacionais sobre o tema com as palavras chave “violência doméstica”, onde foram elencados apenas 220 artigos científicos em periódicos. Deste total, vários são da área de saúde pública e poucos encontrados nas Ciências Sociais e História.

Quadro 2- Base de dados de Teses de Doutorado Capes – período 1987 a 2011

Palavra-chave	Base de dados	Quantidade de Teses			
		Geral	Ciências Sociais	História	% geral
Violência de Gênero	Banco Teses Capes	38	10	1	0,38%
Violência Conjugal	Banco Teses Capes	23	6	0	0%
Violência contra Mulher	Banco Teses Capes	60	11	1	0,60%

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>, set. 2012. Levantamento feito pela pesquisadora.

Os quadros 1 e 2 mostram que o maior volume de teses de doutorado encontradas, no período de 1987 a 2011, é da área de Saúde, Psicologia, com algumas em Serviço Social, Educação, Políticas Públicas, Literatura, Ciências da Religião e poucas nas Ciências Sociais, com quase nada encontrado em História, conforme porcentagens. Isso aponta a relevância em se produzir sobre a temática nessa área de conhecimento. Muitas teses se repetem nos bancos de dados diferentes, na busca pelas palavras chaves.

Ainda vale destacar que prova do Vestibular da Universidade Federal de Uberlândia do 1º semestre de 2013, trouxe em seu conteúdo, especialmente o tema gênero, destacando para análise, as autoras como Butler e Scott (também utilizadas como pressuposto teórico para o doutorado).

Bem colocou um dos professores das oficinas do final do curso “Cultura, Espaços e Sociabilidades”, rememorando Raymond Williams, que a pesquisa é prática social que nos faz produzir a nós mesmos e talvez esse seja seu grande mérito, pois que nos renovamos, amadurecemos num processo social, conflitivo, mas também produtivo. Assim, a maior obra que um trabalhador/pesquisador produz é ele mesmo no seu tempo. (INÁCIO, 2013). A disciplina, não casualmente com todos os seus termos no plural, propiciou incômodos diante pressupostos anteriores, possibilitando (re)(des)construir o projeto inicial, onde nada ficou intacto. Sou grata à generosidade da professora Célia Calvo pelo modo didático em problematizar as questões e conduzir as aulas, oportunizando a participação discente e, ao final, com postura de escuta ativa sobre o trabalho de cada pesquisador(a) apontou possibilidades para o seu desenvolvimento. Não são todos(as) docentes que têm essa disponibilidade.

## **2. O projeto de pesquisa do doutorado, a disciplina e alguns (des)caminhos**

### **2.1. Problemáticas em andamento**

Para perseguir os objetivos propostos, esta pesquisa partiu dos seguintes questionamentos e problemáticas:

Quais representações de gênero, de poder e de violência podem ser identificadas nos discursos e nas práticas dos (as) profissionais e usuárias (os) dos serviços oferecidos por instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência familiar em Uberlândia?

Quais as mudanças e permanências, sentidos e significados das representações, presentes nos discursos e práticas cotidianas de atores (atrizes) sociais e seus impactos na cultura sobre gênero e violência, no município de Uberlândia, no período de 1988 a 2012?

O que as representações revelam sobre mitos construídos diante da violência vivenciada?

Em que termos, atores (atrizes) do intitulado terceiro setor e do poder público, a partir do valor impresso nas atitudes, gestos, atuações, costumes e tradições produzem significados que podem revelar a história dos sujeitos sociais e assim se articulam e/ou se dissociam no que tange ao enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar?

Outras questões passaram-se a (re)formular a partir dos debates em sala de aula, como em que termos a ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia influenciou na constituição de políticas públicas de enfrentamento à violência conjugal e familiar, nos seus 16 anos de existência? Ou em que medida o poder público absorveu demandas dos movimentos sociais (inclusive da ONG) e esvaziou de sentido e significados os próprios movimentos e práticas sociais? Isso tem realmente incomodado a pesquisadora, diante a relevância do trabalho da ONG e a escassez de políticas públicas governamentais efetivas e de complementação a esse trabalho. Verificam-se mais promessas que vontade política e prioridade nas ações.

Em que medida é possível lidar com violência (conceito também construído, mas usual junto a sujeitos da pesquisa e à pesquisadora) sem promovê-la. De que violência se fala e então há que se historicizar o conceito e seus significados. O conceito não é fixo, dado a priori.

Quais escolhas foram sendo feitas pelos sujeitos das instituições da rede de enfrentamento à violência, diante as possibilidades históricas apresentadas?

Qual o peso da tradição nas relações de conflitos, como expressão das pressões e limites dominantes e hegemônicos e que são seletivas num passado significativo? E do residual como elemento disponível do passado, formado no passado, mas ainda ativo e efetivo no presente com existência antes da incorporação pelo mercado. E ainda o emergente com novos significados, valores, práticas continuamente criadas (WILLIANS, 1979 e 2011)?

Pensando ainda os lugares da memória, há que se questionar qual(is) imagem(ns) de passado predominam nas intervenções dos espaços. Alguns projetos são bem sucedidos e outros não e, portanto, requer um olhar político. (SARLO, 1997).

No diálogo com Passerini, após ela fazer uma discussão sobre a historiografia, problematizando a história de gênero e de mulheres; gênero, sexo e poder; sobre a ficção de um feminino estável e as influências da história oral de mulheres na história oral; reforça questionamentos de como as falas de homens e mulheres aparecem nos registros das instituições pesquisadas, problematizando esses registros. Como as diferenças são construídas, verificando-se as mediações. As mulheres, na sua diversidade, não são só recipientes, seguidoras de uma vanguarda. Há ambivalências e necessidade de combinar gênero a outras categorias de diferença como geração, corpo, cor, pertencimento cultural e religioso, num processo social a ser compreendido e explicado. O pertencimento de gênero pode ter significações diferentes. A insuficiente categoria “mulher” mescla diversas identidades de gênero. Mulheres e homens não são categorias abstratas e universalizantes (PASSERINI, 2011).

## 2.2. Produção historiográfica em diálogo social

Também a partir da disciplina “Culturas, Espaços e Sociabilidades” e entendendo que as perguntas e questões feitas articulam as fontes e o enfrentamento com a produção historiográfica que deve ser problematizada, onde os autores também estão em diálogo social, constroem alguns conceitos a partir da experiência e cultura e apagam ou revisam outros e, portanto, a tese se constrói no diálogo, a partir dos incômodos da pesquisadora. O diálogo no projeto se dá de modo interdisciplinar com a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Psicanálise, o Serviço Social, o Direito, mas há o desafio em se fazer isso lembrando que se parte da História que é o campo familiar como “território” de origem e que há um jeito diferenciado de operar.

Inicialmente o projeto aponta para a pesquisa bibliográfica respaldada na História Cultural, estudos sobre representações (CHARTIER, 1988; GEERTZ, 1989; HUNT, 1992), nos estudos de gênero e feministas (CORREA, 1983; SCOTT, 1990, 1999; SAFFIOTI, 1987, 1994; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; CORRÊA, 1983; AZEVEDO, 1985; BARBIERI, 1990; PAOLI, 1991; FLAX, 1991; GREGORI, 1993; SOUZA, 1991, 1998; BESSA, 1994; GROSSI, 1994; GUERRA, 1998; SOARES, 1999; SILVA, 1992; MILLER, 1999; ALMEIDA, 2007; BUTLER, 2010), sobre poder e violência (DELEUZE, 1988, FOUCAULT, 1987, 1994; CHAÚÍ, 1985; SOIHET, 1997), dentre outros que não serão inseridos nas referências bibliográficas desse “paper” devido ao foco desse trabalho.

Assim, outros aspectos, da História Social, são acrescentados para pensar conceitos construídos como teoria, mas a partir da cultura (alternativa, dissonante) como experiência e onde há subordinação, insubordinação, dominação, resistência, limites.

Teoria e pesquisa são construídas no diálogo com a investigação. Temos apenas pressupostos. Toda noção, ou conceito, surge de engajamentos empíricos e as interrogações devem ser remetidas a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência e defender argumentos no “tribunal de recursos” da história. (THOMPSON, 1981).

As mulheres, boa parte dos sujeitos da pesquisa, ocupam lugares sociais e, portanto, essa “categoria” constitui-se na historicidade das relações.

Há que se refletir também sobre o conceito violência e se o mesmo não é posto como referente fixo pelos agentes que escrevem e divulgam as notícias.

Assim também cultura, não como conceito, mas problema, num movimento histórico ainda não definido, assume um significado histórico. E língua (evidência social) e linguagem que registram práticas humanas que carregam temporalidades, contradições e que por vezes foram dissociadas da prática social ativa, pondo sujeitos como depositários e não como

constitutivos, tem a crítica feita. Afinal, a linguagem (individual e social) é uma atividade constitutiva da consciência prática e social ativa, com articulação e em transformação. Uma presença social e dinâmica do mundo. Assim também a teoria não pode ser pensada de modo idealista. Deve explicar uma realidade histórica. Conceitos não são operacionais, são vividos e associados à noção de experiência (WILLIANS, 1979).

### **2.3. Enfrentamento metodológico, linguagens, fontes, sujeitos e suas localizações**

Quanto ao enfrentamento metodológico, às linguagens e com quais sujeitos sociais históricos dialogo e onde se encontram, ou seja, gestores(as) de organizações governamentais e não governamental, profissionais que atendem nessas instituições e usuários(as)/agentes dos serviços da rede de enfrentamento à violência conjugal e familiar, o projeto trazia a intenção de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com estudos de casos, método qualitativo, pois interessa mais a “descrição densa” de pequenos e significativos fatos.

Há a observação participante na medida em que este trabalho pode também contribuir para o estudo de uma situação social, ou seja, a violência de gênero: conjugal e familiar, com vistas a intervir na qualidade das ações dentro dela e de a observadora partilhar, na medida em que as circunstâncias o permitirem, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos dos grupos de pessoas das organizações pesquisadas. É uma técnica composta, na medida em que a estudiosa não só observa como também tem de se socorrer de técnicas de entrevista com graus de formalidade diferentes para a captação das significações e das experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social. Como a pesquisadora irá se integrar em alguns dos grupos que, em princípio, lhe são mais estranhos, pode sofrer um processo de "ressocialização", tendo de aprender novas normas e linguagens ou gírias e de representar novos “papéis”, o que coloca problemas particulares relativos à objetividade científica. A investigadora talvez passe por uma tensão permanente entre a necessidade de se adequar às características do grupo e a necessidade de manter o necessário espírito crítico e a isenção científica.

Como fonte de coleta de dados na pesquisa de campo, pretende-se analisar e significar documentos das instituições pesquisadas como atas, estatutos, regimentos internos, material de divulgação, recursos áudio visuais e fonográficos produzidos por elas, declarações institucionais, prontuários de atendimentos e relatórios (a partir de estratégias de atendimento individual, com casal ou grupos de apoio para mulheres e para homens, esses enquanto vítimas e/ou autores de violência), diagnósticos qualitativos e quantitativos com tabulações de dados, protocolos de atendimentos e encaminhamentos, projetos desenvolvidos (inclusive

interinstitucionais), formalização de parcerias e articulação com a rede de enfrentamento à violência, premiações recebidas, reportagens sobre o tema veiculados nos meios de comunicação, dentre outras que agora percebo melhor que são evidências que podem, conforme as perguntas feitas, várias delas tornarem-se fontes de pesquisa.

Serão realizadas entrevistas individuais e semi-estruturadas, gravadas/transcritas, a partir de roteiro previamente elaborado, com atores (atrizes) envolvidos (as) na rede de enfrentamento à violência de gênero: conjugal e familiar, ou seja, com alguns (mas) profissionais e alguns (mas) usuários (as) do serviço. Esses sujeitos constroem a cultura simultaneamente às experiências vividas.

Assim pretende-se realizar com pelo menos um (a) representante de cada instituição de Uberlândia e que atuou e/ou atua, no cotidiano, no período delimitado por essa pesquisa, como com alguma pesquisadora(r) mais antiga do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal (constituído em 1992), delegada da Delegacia de Mulheres, vinculada ao governo do Estado de Minas Gerais (de 1988) e algumas (uns) usuárias (os) do serviço, presidenta do Conselho Municipal da Mulher (1998) e algumas conselheiras, ex-diretora do extinto Núcleo de Apoio à Mulher (de 2000) e alguém que fez gestão da Casa Abrigo Travessia (de 2002), os dois últimos do poder público municipal, e algumas (uns) usuárias (os) do serviço e representante da diretoria e/ou profissional fixo (a) da ONG SOS Ação Mulher e Família (de 1997) e algumas(uns) usuárias(os) do serviço que se disponham, dentro de parâmetros éticos, a contribuir com a pesquisa. A princípio, pensou-se em uma amostragem qualitativa de aproximadamente 10 profissionais e 15 usuários (as)/agentes dos (as) serviços, com a maior parte composta por mulheres e alguns homens.

As entrevistas com representantes das organizações pesquisadas, assim como com usuários (as) do serviço, a partir de narrativas, com especificidades para a parte de identificação dos sujeitos, a princípio basear-se-iam nos eixos: 1) identificação pessoal; 2) representações sobre gênero/ “papeis” de homens e de mulheres; 3) relação violência e gênero; 4) gênero e autonomia x heteronomia; 5) mitos sobre a relação conjugal e intrafamiliar violenta; 6) fatores inibidores e dificuldades em se buscar ajuda; 7) causas/raízes e manutenção da violência de gênero; 8) permanências, mudanças e resistências diante da violência vivenciada e sobre estratégias de reação e convivência; 9) sentidos e pluralidade dos sentimentos na convivência violenta; 10) visões sobre a rede de enfrentamento à violência conjugal e familiar.

A disciplina fez refletir sobre a noção de sujeitos sociais que se constituem na relação deles conosco. São coautores dos significados produzidos na relação pesquisador e sujeitos da pesquisa. Sujeitos da e na pesquisa. Ao conversar com sujeitos não se deve apenas pretender

informações sobre eles, mas (re)construir relação para dialogar. Importante também avaliar o que norteava, no Mestrado, quando feitas várias entrevistas e hoje como são feitas as indagações, quais são semelhantes e onde se identificam outros incômodos.

Por vezes nossas perguntas estão no campo da hegemonia e contra hegemonia (WILLIAMS, 1979) e não nos damos conta. A perspicácia pode estar em como buscar as dissonâncias.

No processo de diálogo com as evidências que podem tornar-se fontes, é preciso avaliar de onde se fala e quais as histórias de quem pesquisa para se contextualizar no diálogo, talvez falar/intervir menos e ouvir mais e assim “durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares. (...) a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”. (PORTELLI, 2010, p.20). Desse modo, a interpretação tem sentido de questionamento e não de análise do discurso, mas o modo como se narra a própria história, a partir dos critérios que identifica de diferenças e experiências constituídas no processo histórico. A memória está na autoria dos sujeitos dessa memória e também da narrativa interpretada e produzida pela historiadora em outro circuito que não o vivido. O relato não é um fim em si mesmo. Parece óbvio, mas fazer a articulação parece desafiante.

Uma experiência constrangedora a partir de entrevista dessa estudiosa com uma mulher que havia vivenciado violência conjugal por anos com o esposo faz constatar o problema das relações humanas, especialmente na história oral. Ela autorizou o uso da conversa gravada, ainda em fita K7, na época, feita diante parâmetros éticos e acadêmicos. No entanto, quando leu seu relato em artigo científico produzido por essa pesquisadora, não se reconheceu, questionou e solicitou recolher o material produzido. A suposta aliança se rompeu. O contexto de sua narrativa talvez fosse diferente do contexto pela mestranda articulado, composto por falas de outras tantas que também sofreram violência. Esse episódio revela as condições de desigualdade da relação que é também de poder. Afinal, e isso foi matéria de reflexão e de sofrimento duplo, a pesquisadora quem produz o relato final e a interpretação dominante, como reforça o Grupo de Memória Popular (2000), em suas análises.

Acerca das fontes, agora com o reforço de que só o são a partir das perguntas e análises feitas pela pesquisadora, e onde se encontram pretende-se partir do diálogo e interpretação de documentos e depoimentos sobre histórias e experiências de sujeitos, acumuladas em instituições já mencionadas.

O curso propiciou, diante as fontes e as instituições, refletir sobre a natureza social das evidências, sua procedência, ambientação no processo social de disputa e embate, onde o fazer humano se constitui com particularidades no campo da cultura e do viver das pessoas. A memória social produzida, que não é externa aos sujeitos (numa concepção mais ampliada), é seletiva nas redes de poder que se constituem socialmente. A seleção é propositiva, escolha feita pelos agentes institucionais. Outro dia na ONG SOS Ação Mulher e Família, por exemplo, verificava a discussão, em função dos limites de espaço físico, sobre o que dos arquivos, poderia ser jogado fora e o que não. E nessa definição há visões sobre preservação e não preservação da memória e também sobre o que deve ser silenciado. Discutem-se os marcos de relevância, excluindo-se outros. Fala-se sobre o que deve ficar o que deve ser descartado e discorrem-se argumentos. Assim, não há espaços neutros, mas em embates. A produção da memória, numa relação ativa presente-passado, se dá em diferentes circuitos e com vários sentidos de passado disputados em lutas. Assim, é preciso que a pesquisadora se atente para o compartilhamento social, noções de pertencimento, as relações de poder e de dominação. O que é considerado útil para os sujeitos envolvidos e o que não é registrado e por que.

Também no histórico dessa ONG, verifica-se uma disputa por espaços físicos com argumentos sobre sigilo profissional e necessidade de sala exclusiva e embates de assistentes sociais e psicólogas que reivindicam sua territorialidade. Outro aspecto é que usuários(as)/agentes dos serviços da ONG SOS Mulher e Família, por exemplo, confundem frequentemente a ONG com espaço público governamental, como Delegacia de Mulheres e conselhos de direitos. O espaço físico é também social.

Recentemente na ONG tem havido mal estares com impactos no “clima organizacional”, termo recorrente para gestores, de acordo com a diretoria da mesma, devido a profissionais remuneradas por subvenção municipal estarem insatisfeitas com os baixos salários, mesmo que a ONG não vise lucro e tenha o trabalho predominantemente voluntário e que tais profissionais tenham ciência das limitações para aumento dos valores pagos, atuando essas apenas em meio período, podendo ter outras atividades remuneradas. Verificam-se aí problemas ligados a questões de classe social e de jeitos diferentes de estar na ONG e sentir-se pertencente. A ONG parece ser também um espaço de formação e de projeção de profissionais. Além disso, a trajetória de trabalho voluntário pode ser um diferencial, com valorização, na contratação para o mercado de trabalho, com possibilidades de certificações sobre atuação para contar pontos em concursos. Tento identificar, a partir das discussões em sala, onde se encontra a luta, os embates, as contradições já que as instituições não são um monolítico e então essas e outras situações do cotidiano observado me veem a mente. Reunir,

para atuar num mesmo espaço físico, voluntários(as), profissionais regime CLT (com baixos salários), estagiários(as) de várias áreas: serviço social, história, psicologia, direito, enfermagem, comunicação, administração, educação, policiais militares como no caso do Programa PAM (“Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, parceria entre a ONG SOS Mulher e Família, Política Militar de Minas Gerais, Prefeitura e Universidade Federal de Uberlândia, para abordagens domiciliares em situações de violência na família), implica realmente em muitas tensões. Basta pensar na formação desses sujeitos, sua sociabilidade, visões de mundo e expectativas.

Toda contradição é conflito de valor e de interesses. O valor não se desvincula do modo como os sujeitos resistem ou se subordinam no processo. Trata-se de verificar quais estão em jogo e vão sendo acolhidos, impostos, silenciados (THOMPSON, 1981). Assim, “os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e comunidade imediata” (THOMPSON, 1981, p.194).

Apesar dessas reflexões nos estudos junto à equipe do Núcleo de Estudos de Gênero/UFU, há as contribuições também de Passerini quando diz que é útil sim a categoria gênero para a história oral, mas importante cruzá-la com outras categorias como classe, geração, raça/etnia, também dessencializando o masculino e o feminino, questionando os binarismos e o pressuposto ingênuo de que gênero une mulheres e de que esse não é assunto apenas de vanguarda (PASSERINI, 2011).

O Grupo de Memória Popular (2000) também contribui com essa pesquisa, ao avaliar que as relações de gênero, o relato de algumas mulheres e seus referentes espaciais e temporais, onde, por vezes, vida pessoal e profissional não se separam, são diferentes das referências de alguns homens, devido às experiências vividas e valores construídos de cada qual, num contexto social mais amplo.

A história não é campo só do instituído, do oficial, mas há um campo embolado ao tratar da diversidade. Levar isso em conta auxilia problematizar as instituições pesquisadas e também as práticas e discursos de representantes do poder público municipal. Partes da tese e oficina ministrada por Jiani sobre as memórias públicas de Toledo foram significativas, nesse sentido (LANGARO, 2012 e Oficina, 2013).

As linguagens/evidências como formas de expressão da experiência social e com as quais tentamos dialogar para construir outras histórias estão articuladas com a cultura como modo de viver no terreno das lutas sociais.

É preciso pensar a natureza social das evidências que trazidas dão visibilidade a determinadas práticas. Cabe ao historiador transformar evidências em fontes, interrogando-as, organizando-as no processo social de disputa. O acesso à documentação não é voluntário e, portanto, matéria de reflexão (CRUZ, 2006).

Há que se fazer também a crítica à veracidade e objetividade da produção acadêmica, como se o(a) pesquisador(a) olhasse de fora. Além disso, os registros dos sujeitos nem sempre são canônicos, letrados, na forma escrita ou literária e nem acadêmicos. Há que se questionar a criação das próprias credenciais da escrita da história. (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2000).

#### **2.4. O exercício da análise nos meios de comunicação: a imprensa como fonte**

Para exemplificar e exercitar o lidar com evidências/fontes, segue a discussão, nesse “paper” de reportagens veiculadas na imprensa sobre a violência conjugal e familiar e utilizadas no Mestrado, tentando problematizá-las a partir das reflexões feitas na disciplina e com a concepção de que os meios de comunicação são meios de produção. Assim, o jornal é visto como agente social e é preciso verificar, inspirando-se em Willians (2011), como a imprensa elabora, faz intervenções no social, socializando, institui e constitui versões e visões. Portanto, como mediadora, informa, forma opinião. Desse modo, a memória, que não é monolítica, é campo de batalha que constitui e institui versões para além das autorizadas e outras silenciadas (FENELON, 2004). Interessa verificar aqui, que notícias são essas? Como a imprensa intervém nos conceitos que ela publiciza, (re)construindo-os. Quando escreve? Para quem escreve? Como é escrito? Quais valores perpassa? Qual a influência das publicações de massa nas modificações socioculturais dos sujeitos? Será que o conceito violência e os decorrentes: agressão física, ameaças, estupros, crimes, dentre outros utilizados, aparecem como referentes fixos por parte dos agentes que escrevem as notícias?

No que tange a essa fonte, tive acesso, durante o Mestrado, à imprensa local e regional, do arquivo público municipal de Uberlândia, sendo manualmente transcritas as matérias que interessavam à pesquisa, do total de 2.384 artigos copilados, em torno de 1.200 estavam relacionados explicitamente ao tema. Artigos, principalmente de 1979 a 1994: jornais A Notícia (1979 a 1990), Primeira Hora (1982 a 1988), Correio de Uberlândia/Correio do Triângulo/Correio (1980 a 1994) - este jornal sofreu alterações no nome e na sua área de abrangência, nesse período -, O Triângulo (1985 a 1994) e artigos esporádicos de jornais e revistas locais, regionais e nacionais de 1994 a 1997, já catalogados e boa parte das notícias apareciam nas suas páginas policiais ou em páginas sobre a cidade. Pretende-se ampliar para o

doutorado, com reportagens de alguns jornais e revistas do período de 1997 a 2012, a serem coletadas. Não foi feita pesquisa para apurar cientificamente, mas acredita-se que neste contexto, boa parte desses jornais sejam mais lidos pelas classes médias e altas da cidade.

Em se tratando da imprensa escrita, as manchetes locais ora apontam para um crescimento, ora para a estabilidade da violência contra a mulher e doméstica. Retrata-se certa preocupação com a questão por parte da comunidade e de setores religiosos, movimentos femininos, de direitos humanos e das autoridades. Assim, algumas dessas manchetes são enunciadas, explicitando-se suas variáveis.

Retratando a impaciência dos(as) cidadãos(ãs) diante da violência de gênero crescente (não usam esse termo “gênero” que é mais acadêmico), a imprensa, ao que parece, com teor mais sensacionalista, questiona: “Violência contra a mulher, até quando?” Apesar de, para alguns, ela se manter, dentro de um padrão aceitável: “Violência contra a mulher ainda é considerada normal”. (Respectivamente: O Triângulo, 19/08/87, p.5; Correio do Triângulo, 23/01/93, p.10.)

No que se refere ao aumento e às causas dessa violência, as manchetes estão de forma genérica, assim estampadas: “Aumenta o número de ocorrências na Delegacia de Mulheres”; “Polícia registra aumento da violência contra a mulher”; “PM registra altos índices de agressão física contra a mulher”; “Março: um mês de crimes violentos”; “Cresce na cidade número de crimes contra mulheres”; “Ex-maridos estupram e ameaçam mulheres – estatística aponta que a violência dentro de casa continua crescendo em Uberlândia”; “Juiz lamenta crescente índice de crimes”. As causas são também apuradas: “inconformismo motivou as mortes – separação de casais foi a principal causa dos crimes”. (Respectivamente: Correio de Uberlândia, 7/09/1989, p.1, Correio do Triângulo, 13/11/1992, p.9, 7/03/1993, p.9, 31/03/1994, p.12, Correio, 29/08/1995, p.14, 03/02/1996, p.13, 15/03/1996, p.13, 15/03/1996, p.13.).

As denúncias estão envolvidas em circunstâncias diversas: “Violência ainda é escondida pelas mulheres”, em que as vítimas parecem inibidas; em outras reportagens, ao contrário, elas fazem as queixas: “Estupros acontecem mais em bairros afastados – as mulheres, que antes se calavam por medo ou vergonha, já procuram mais as delegacias para denunciar” (respectivamente: Correio de Uberlândia, 15/10/1989, p.1, Correio, 8/09/1996, p.11.).

São comuns as recorrências a dados estatísticos, pelos jornais, principalmente quando se utilizam de notícias policiais para provocar grande impacto nos(as) leitores(as). Com o objetivo de demonstrar os altos índices de violência contra a mulher, na cidade, eles assim se expressam: “Cidade do crime: 5 mulheres assassinadas em noventa dias”; “Aumentam

estupros na cidade – somente nos últimos três meses, dez mulheres foram vítimas”; “Polícia registra nove estupros em trinta dias”; “Sete mulheres são assassinadas por ano na cidade – a maioria dos homicídios é causada por crimes passionais cometidos pelos maridos.” (respectivamente: O Triângulo, 24/11/1993, p.1, Correio, 8/10/1995, p.4, 3/02/1996, p.13, 15/03/1996, p.13.).

Porém, nem todas as pessoas, ao se manifestarem na imprensa, legitimam os dados divulgados da violência contra a mulher. Ao exemplo do que expõe a seguinte matéria: “Crescimento aumenta insegurança – criminalista afirma que dados são muitas vezes exagerados e fantasiosos”. Nessa entrevista para o jornal, o advogado diz acreditar que o crescimento desordenado de Uberlândia é um dos principais fatores do aumento da criminalidade, uma vez que a cidade recebe um grande fluxo de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida. (Correio, 8/09/1996, p.11.).

O importante não é tanto a quantificação dessa violência, mas o fato dela se constituir em tema tratado pelos meios de comunicação no espaço público. Isso possibilita a análise das colocações, enquanto uma realidade de múltiplos sentidos.

As páginas e colunas policiais dos jornais locais bem explicitam a violência (de gênero). Em geral são artigos curtos, constando nome, idade, endereço e profissão dos envolvidos, com um relato breve sobre o ocorrido. Grande parte dessas notícias é extraída de Boletins de Ocorrência. No entanto, os títulos e os comentários ficam a cargo do(a) editor(a) da notícia.

Dentre os motivos aparentemente banais e que circunscrevem determinados crimes de homens contra suas companheiras, algumas manchetes dos jornais assim aparecem: “Quase mata a mulher por causa de comida de cachorro”; “Surra a mulher que o fez perder a hora”; “Verdão [time de futebol] perdeu e amante apanhou”; “Surrada por buscar filhos de volta”; “Agride amásia por causa do jantar”; “Mulher raspa a cabeça e acaba levando pancadas do ex-marido.”(respectivamente: O Triângulo, 23/01/1987, p.5, 10/03/1988, p.2, 17/05/1988, p.2, 26/01/1990, p.4, 02/06/1990, p.3, 08/03/1992, p.12., explicação da pesquisadora entre colchetes).

São frequentes os casos em que a companheira se recusa a manter relações sexuais com o esposo, ou amásio, sendo, por isso, agredida. Desse modo, são destacadas as manchetes: “Negou transa e foi agredida”; “Marido estupra à força mulher e ainda a prende”; “Lavrador estupra sua amásia e faz ameaças”; “Sexo forçado e mordida levam malandro em cana” (respectivamente: O Triângulo, 16/07/87, p.5, 18/04/93, p.9, 22/04/93, p.8, 3/09/93, p.9.).

O ciúme aparece como motivador em vários casos de relações marcadas pela violência. Assim, “De tanto ciúme quebrou televisão de raiva”; “Ciumento quis botar a mulher careca”; “Pedreiro mata a mulher a facadas, por ciúme”. E a bebida é a potencializadora em cenas como: “Agride e foge bêbado num veículo”; “Marido bêbado agride mulher em sala de aula” (respectivamente: O Triângulo, 20/02/1987, p.2, 23/05/1990, p.7; Correio do Triângulo, 9/11/1993, p.1; O Triângulo, 19/08/1987, p.5, 19/12/1993, p.9.). Interessante verificar, diferenças e semelhanças e que na Classe Operária inglesa dos anos 30 aos 50, um bom marido é aquele que não bate em sua esposa e não é alcoólatra (apesar da bebida e do fumo fazerem parte do lazer como valor), conforme relata Hoggart (1973).

Voltando ao cenário uberlandense, quanto aos meios utilizados, alguns são mencionados como cruéis. Nos espancamentos e assassinatos, em determinadas situações, os artigos vêm assim explicitados: “Matou companheira com um tiro certo”; “Espancou e até ateou fogo na amásia”; “Faz da amásia um saco de pancadas”; “Terror no [bairro]Tibery, 14 punhaladas na amante”; “Estourou a cabeça da mulher comum tiro”; “Quase retalha amásia com gilette”; “Corta pescoço da amásia encontrada no vizinho”; “Querida garfar a amásia”; “Bota fogo na amásia”; “Ex-amante diz que quase foi atropelada pelo ex-amásio”; “Vai em cana marido que furou barriga da mulher”; “Foge depois de ter agredido a mulher com paus e panelas”; “Comerciante tenta matar amásia com tiro na boca” (respectivamente: Correio de Uberlândia, 21/03/1981, p.2; O Triângulo, 9/10/1986, p.5, 11/10/1986, p.5, 15/10/1986, p.1, 14/04/1987, p.1, 20/06/1987, p.5, 24/09/1987, p.5, 23/01/1988, p.5; A Notícia, 1/06/1989, p.5; O Triângulo, 5/05/1993, p.9, 1/03/1994, p.9, 12/11/1994, p.9; Correio do Triângulo, 9/09/1994, p.10., explicação da pesquisadora entre colchetes).

Assim como na Tese sobre memórias de estivadores de Carlos Alberto, os estivadores foram encontrados em conflitos nas páginas policiais dos jornais (OLIVEIRA, s/d, Oficina, 2013), alguns dos sujeitos dessa pesquisa também lá se encontram.

As manchetes mostram a incidência de crimes envolvendo pessoas de classe média e alta, assim como agentes públicos e até mesmo policiais: “Vereador mata amante à queimadura”; “Ex-militar é condenado a mais de 8 anos de prisão”; “Empresário atira na mulher e tenta suicídio” (respectivamente: O Triângulo, 20/01/1987, p.1; Correio do Triângulo, 26/06/1991, p.1; O Triângulo, 23/12/1992, p.1.). Neste último caso, verifica-se também a prática do suicídio após o crime. Dessa forma, são ainda destacados: “Mata a mulher e suicida”; “Vigilante mata a ex-mulher e depois suicida” (respectivamente: O Triângulo, 16/01/1988, p.1, 17/08/1993, p.1.).

Aparecem, com destaque, outras circunstâncias nas quais os crimes ocorrem e que revelam valores morais sobre comportamentos dos envolvidos. Assim, “Surra mulher que

divertia enquanto ele trabalhava”; “Taxista esbofeteia a amásia que o flagrou com outra”; “Assassino diz que sangue ferveu quando mulher o chamou de ‘frouxo’”; “Trabalhador atira na amante ao saber que ela é aidética” (respectivamente: O Triângulo, 29/09/1987, p.5, 12/02/1988, p.2, 12/04/1992, p.12, 1/10/1994, p.9.).

É interessante tentar perceber o que as manchetes e comentários da imprensa sobre as relações violentas, refletem, e se, de certo modo, retratam vivências, expressam o senso comum, visões hegemônicas, ou a posição assumida por parte de algumas mulheres diante dos seus companheiros, em determinadas situações. São utilizados, por vezes, os chavões ou ditos populares que expressam certas imagens, por vezes generalizadas e universalizantes e dicotômicas sobre o masculino e o feminino. Assim, “Mulher desesperada apela à polícia para deixar marido em cana por uma boa temporada”; “Briga de marido ninguém deve meter a colher”; “Separado da mulher ainda quer mandar nela”; “Machões continuam martirizando suas companheiras”; “Só sossega quando marido está na cadeia”; “Mulheres apanham aqui, ali e acolá”; “Ainda dizem que pancada de amor não dói”; “Tem aguentado o diabo temendo vingança”. (Respectivamente: O Triângulo, 18/02/1987, p.5, 20/03/1987, p.5, 26/03/1987, p.4, 11/06/1987, p.5, 18/07/1987, p.5, 11/08/1987, p.1, 20/08/1987, p.5, 15/09/1987, p.2.). Hoggart (1973) também menciona os sentidos dos ditos populares e crenças da classe trabalhadora inglesa.

Os títulos na imprensa de Uberlândia sugerem, portanto, as formas de violência, os instrumentos utilizados, as classes sociais dos agressores, os motivos alegados para os crimes, em que se conjugam infidelidade, abandono, recusa sexual, ciúmes e bebida à agressão e, até mesmo, ao modo como a imprensa os destaca, com maior ou menor sensacionalismo. Pode-se observar que há tons de ironia no relato de alguns artigos, quando são utilizadas frases como “[a esposa] foi a nocaute” e “maridinho a espancou”, por exemplo. O risinho disfarçado e a jocosidade ao lidar com as relações conjugais violentas podem ser observados também por parte dos “homens da lei”, quando são feitas denúncias. Isso ocorre porque ainda parece estar presente a concepção hegemônica de que essas práticas pertencem ao âmbito privado/doméstico, sendo encaradas como atitudes naturais e de somenos importância. (explicação da pesquisadora entre colchetes).

A partir de uma leitura mais atenta desses artigos, verifica-se que, ao se utilizar determinados termos, cujos referentes são da psicologia, para designar os autores de violência, a imprensa os considera doentes, deixando de considerá-los criminosos. Nesse sentido, são frequentes as expressões “maníaco”, “anormal”, “doente”, “desumano”, “maluco”, “desequilibrado”, “insano”, “inconsequente”, “insaciável”, “tarado” e “feroz”. Isso ocorre em crimes especificamente contra as mulheres, uma vez que no trato dos crimes contra o

patrimônio (num contexto capitalista e de consumo, com valorização do ter), por exemplo, esses termos não são recorrentes. Essa linguagem reforça (pre)conceitos, cristaliza valores, crenças e mitos, servindo, em vários casos, para atenuar a situação.

Nota-se, ainda, que em vários desses artigos, pretende-se colocar a bebida como a causa primeira e única que desencadeou a agressão, sendo utilizadas as expressões: “de fogo”, “bebum”, “de porre”, “beberrão”, “regado de cana”, “embriagado”, “alcoólatra”, “pinguço”, “cachaceiro”, “alto estado etílico”, “de pileque”, “de cara cheia”, “encheu o chifre de elixir do carnaval”, “cheio de mé”, “golado”, “pudim de cachaça” para demonstrar o estado em que os agressores se encontravam. Conceitos construídos, mas que aparecem como naturalizados e ao virem rotulando, esvaziam os sujeitos de sua complexidade.

Nesses casos, o álcool e outras drogas podem ser fatores precipitantes, facilitadores das reações violentas. No entanto, conforme aponta o estudo em nível de mestrado, a causa da violência contra a mulher não pode ser simplificada como um problema gerado pelo alcoolismo, ou determinada por uma única fonte, mas fruto de um conjunto de fatores que se organizam(ou desorganizam) e, em determinado momento e lugar específico a fazem eclodir. Portanto, não é um processo mecânico ou sistêmico, mas o resultado de uma estrutura dinâmica e efêmera, adequada ao meio em que o indivíduo se situa. Talvez a pergunta não seja o “por quê”(determinista) da violência, mas o “como” ou “o quê” do fenômeno, uma vez que a violência parece ter alvo, ser direcionada e sentidos e significados variados. O autor de violência não espanca, em geral, os companheiros do “boteco”, mas a companheira de casa, quando está alcoolizado, parecendo que o álcool é um catalisador de situações previamente existentes.

Além disso, as fontes demonstram que muitos estão sóbrios quando agredem. Do mesmo modo, é preciso investigar com mais cuidado a complexidade e tensões dessas relações, para verificar se como sugerem as manchetes, que os motivos das brigas e dos crimes sejam “a janta que não estava pronta”, “o time de futebol que não ganhou”, “a roupa curta”, “o cabelo cortado”, “filhos”, “traição”, “o perder a hora para o trabalho”, dentre tantos outros apontados. Provavelmente os valores, as crenças, os referentes, os sentimentos dos sujeitos envolvidos nesses fatos e as suas concepções de masculino e de feminino, lugar/ “papeis” (que não são fixos, tampouco a-históricos) de homem e de mulher podem criar um ambiente mais ou menos propício aos conflitos violentos.

Vários autores de violência são moralmente julgados nos artigos como “parasita”, “à toa”, “desnaturado”, “de má índole”, “machão”, “valentão”, “descarado”, “safado” e “malandro”, verdadeiros vilões, em oposição às mocinhas, ou seja, as mulheres vítimas agredidas, que aparecem como “pobres mulheres”, “olhos esbugalhados”, “raquítica”, “pobre

coitada”, “indefesa mulher”, “infeliz” e “mulher sofrida”. Exceção feita aos casos em que elas os traíram, cujos artigos (geralmente escritos por homens) nas páginas policiais possuem um teor de identificação, condescendência e empatia com os agressores, em que os articulistas entendem, aceitam e justificam a violência, narrando a agressão com certo prazer. Alguns artigos, como o “Baixou o pau na mulher que o traía com outro”, parecem ilustrar :

Depois de espancar a esposa, o marido conseguiu fugir e escapar de ser preso (...). A cena foi extremamente revoltante para aquele marido ultrajado, que flagrou sua esposa fazendo sexo com seu amigo na sua casa. Isso fez dele uma fera, que partiu para cima da mulher e enfiou-lhe a mão na cara. (...) só não apanhou mais porque os vizinhos, ouvindo os seus gritos desesperados, vieram em seu socorro. A infiel ousou dizer aos policiais que há muito anda com o tal sujeito que é do conhecimento do marido (O Triângulo, 01/07/1986, p.5.).

Vários desses meios de comunicação publicizam e instituem dicotomias, sem trazer as tensões, o movimento próprio às relações, inclusive de conformismo, mas também de resistência e com estratégias de sobrevivência e de lutas.

E ainda no relato da reportagem:

Usou garfo para castrar amásia infiel”, em que“(...) braçal estava arrasado, por isso bebeu muito, ainda mais, porque ficou sabendo que sua amásia anda lhe traindo descaradamente. De tanta amargura chegou em casa e passou a espancá-la (...). (...) Foi acusado pela amásia de ter usado um garfo para ferir o sexo dela, alegando assim que ela não iria traí-lo com outro homem (O Triângulo, 10/07/1986, p.5.).

No decorrer do artigo “Flagrou a amante de namoro no sofá”, verifica-se que“(...) o amásio chegou em casa, e para surpresa geral, lá estava ela (...)aos abraços e beijos com um jovem. Aquilo mexeu com os brios dele que num ímpeto arremeçô a sacola na tevê, e tudo explodiu (...) . Antônio quebrou Isabel de pau” (O Triângulo, 16/04, 1988, p.2.).

A infidelidade sendo castigada aparece também na narrativa “Sentindo-se traído, surrou a mulher”, cujo conteúdo explicita que“(...) o frentista (...) descobriu que a amásia o está traindo com seu primo. Não suportando a situação munuiu-se de uma vassoura e andou aplicando a maior sova na mulher infiel. Logo após tê-la surrado, levou a mesma até o Ricardão (seu primo) entregando-a de mão beijada(...)” (O Triângulo, 12/03/1987, p.2.).

A devolução da companheira, como se fosse um objeto de posse do esposo, é igualmente descrita no artigo “Quis devolver mulher ao sogro por desconfiar que era traído”:

(...) ele ligou e chamou o seu sogro (...) e gritou que fosse até sua casa para buscar a filha, dentro do prazo máximo de quatro horas, do contrário ali aconteceria uma tragédia, pois as consequências seriam muito drásticas. (...) Informou que o motivo da agressão e seu estado nervoso eram causados porque teve conhecimento de que sua mulher estava de caso amoroso com seu ginecologista(...) (O Triângulo, 12/10/1993, p.9.)

Os enunciados, assim como as narrativas, revelam valores e padrões morais de relacionamento, transmitindo aos(as) leitores(as), noções maniqueístas sobre comportamentos. Com maior ou menor sutileza, percebe-se nas entrelinhas a predisposição em encarar as agressões e a violência como naturais e aceitáveis, principalmente em casos pautados pela traição e insegurança quanto à fidelidade da mulher.

No que diz respeito às oposições binárias estabelecidas entre agressor e vítima, ou seja, “vilão” ativo e “mocinha” passiva/virtuosa, a imprensa, nos seus relatos, por vezes, impossibilita que os leitores percebam as tensões, ambiguidades e relações de poder presentes nessas relações, para naturalizar experiências que são construídas sócio culturalmente.

Chama a atenção, nos documentos, as agressões que ocorrem no período em que a mulher está grávida: “... casada, 28 anos, foi vítima de violência por parte de seu marido(...), casado, braçal, 24 anos. Ela se encontra no sexto mês de gravidez e levou uma sova que causou-lhe hematomas por todo o corpo(...)” (Espancamento. O Triângulo, 24/02/1988, p.2.), ou “Grávida de três meses, a menor de 14 anos(...) foi vítima de espancamento por parte de seu ex-namorado, quando rompeu namoro(...)” (Jovem espanca menor grávida de três meses. O Triângulo, 24/06/1993, p.9.) e, ainda, “(...) o balconista é amasiado com Marta que estava grávida e chegou em casa contrariado com a situação financeira, jogou a mulher sobre a cama e com o cinto aplicou-lhe vários golpes causando hematomas(...), aplicou socos, pontapés e chutes(...) chegando a lhe acertar chutes no ventre” (Espanca mulher grávida e vai preso pela polícia militar. O Triângulo, 25/08/1993, p.9.).

Apesar de numericamente inferiores, as agressões de mulheres contra homens também são narradas e descritas na imprensa: “Mulher matou o marido com três tiros de revólver”; “Flagra amásio cantando sua filha”; “Parecia uma gata em cima do marido”; “Levou o maior pau da amásia”; “Vingança torpe contra o marido que não a quer mais”; “Boa coisa deve ter feito quando agredido pela amásia”; “Dizendo agredida mas era ela quem agredia”; “Mulher insiste em reaver o maridinho”; “Marido bêbado leva surra da patroa”; “Esfaqueou a cabeça do amante”; “Matou o marido com nove tiros”; “Mulher espanca marido(...)”; “Mulher tentou castrar seu marido a unhada” (respectivamente: Primeira Hora, 20/04/1986, p.6; O Triângulo, 10/02/1987, p.2, 27/02/1987, p.5, 15/04/1987, p.2, 11/07/1987, p.5, 11/07/1987, p.5, 29/07/1987, p.5, 17/09/1987, p.5, 02/12/1987, p.5, 08/01/1988, p.1, 05/04/1988, p.1, 20/04/1989, p.5, 28/02/1993, p.9.).

Em alguns casos relatados, a agressora havia feito uso de bebida alcoólica, o que segundo os editores, teria desencadeado a agressão. Nesse ponto, a narrativa é similar às agressões de homens contra mulheres, assim como são parecidos os motivos, ciúme ou traição. Alguns casos diferem quando a agressão ao companheiro é justificada por estarem se

defendendo de violência no momento, ou por vivenciarem uma relação violenta duradoura e cotidiana. Assim, “(...) cansada de ser espancada pelo marido(...), que desde o ‘sim’ perante Deus e os homens a tornara armazém de pancadas. (...) Não suportando mais o sofrimento que lhe fora imposto pelo seu companheiro de matrimônio, mesmo sabendo que iria deixar seus seis filhos órfãos de pai, (...) ao ser agredida pelo marido reagiu e ceifou a sua vida com diversas machadadas” (Mulher tira vida do marido a machadadas e deixa órfãos de pai seis crianças. Correio de Uberlândia, 17/02/1981, p.2.).

Outro caso é assim relatado pela imprensa: “... inconformado com a separação, jurou que a mataria(...). E tentou cumprir seu juramento. Perseguindo a mulher que dirigia seu automóvel(...), quando ela estacionou, descarregou seu revólver contra o veículo. Quando se aproximou para ver se havia eliminado Akeme, aconteceu o inesperado: de dentro do carro, (...) armada com uma bereta disparou nove tiros contra o ex-marido” (Matou o marido com nove tiros. O Triângulo, 05/04/1988, p.1)

Situações semelhantes são observadas nos relatos em que: “(...) Reginaldo armado de faca peixeira quis agredir a mulher que revidou atirando uma rapadura, tendo acertado, (...) abrindo uma brecha na cabeça” (Mulher agride marido com uma rapadura, evitando ser morta. O Triângulo, 18/09/1991, p.9); e também no episódio em que “(...) Gabriel entrou em luta com a esposa (...) e ao tentar agredi-la para bater, Vany revidou os golpes, usando uma enxada(...)” (Mulher agride marido com enxada. O Triângulo, 09/11/1991, p.9); e ainda no relato em que o marido “(...) tentou fazer sexo e ela rejeitou. Amarildo ficou nervoso com a recusa (...), a segurou pelo pescoço e tentou enforcá-la. (...) Temendo morrer enforcada agarrou o marido pelo pênis e correu as unhas, provocando extenso corte, que foi necessária intervenção médica(...)” (Mulher tentou castrar seu marido a unhas. O Triângulo, 28/02/1993, p.9).

Tais relatos só vêm confirmar que as mulheres, muitas vezes, agem e reagem diante das agressões, participando delas, e que a simples vitimação talvez contribua para perpetuar os “papéis” tradicionalmente construídos. Contudo, não se pretende desconsiderar que, de fato, as mulheres e seus corpos são os mais afetados nas relações violentas.

Segundo Willians(2011), os meios de comunicação são social e materialmente produzidos e reproduzidos e relacionados às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica. São problemas, uma vez que a linguagem é prática social e se constitui nas relações sociais e a imprensa compõe esse cenário, interiorizando ou não algumas dessas, mas subordinada ao desenvolvimento histórico. Há uma crítica às especializações, pois o social interessa desvendar, mas se esbarra em culturas dominantes.

Assim, a crítica do referido autor se estende aos três bloqueios ideológicos que atendem aos burgueses modernos ao colocarem as pessoas como indivíduos abstratos, o que aparece nas reportagens acima discutidas. Os bloqueios são sinteticamente: ver os meios de comunicação apenas como “mídia”: dispositivos para passar “informações” e “mensagens”; à distinção feita entre meios de comunicação “naturais” (do dia a dia, face a face) e os “tecnológicos” (aparelhos mecânicos e eletrônicos e que propiciam a “comunicação de massa”) e a separação a priori entre meios de comunicação e produção, como se fossem formas universais, onde públicos específicos e diferenciados vistos como um “mercado massificado” de opinião e de consumo. Esconde, assim, variações entre diferentes tipos de meios.

Verifica-se, nos meios de comunicação, que apenas algumas vozes são amplificadas. Por vezes as relações reais dos homens [e mulheres] estão ocultadas atrás de uma modalidade reificada, uma “mídia moderna”. Por vezes recorrem a ideias de alienação universal (nessa pesquisa: “elas são ignorantes, mulheres de malandro e gostam de apanhar”) que faz parte do ser e parece ser intransponível, dentro de uma psicologia pessimista. O autor acredita que é preciso uma realização mais avançada e complexa das relações produtivas entre comunicação e comunidade, com a instituição necessária para capacidades e relações de comunicação novas e complexas. (WILLIANS, 2011).

Em sua obra Hoggart (1973, p.10) destaca que “um dos mais impressionantes e nefastos aspectos da nossa presente situação cultural, é a divisão entre a linguagem técnica dos peritos e o nível extraordinariamente baixo dos órgãos de comunicação de massa”. E ele está escrevendo no final dos anos 50. Nos trechos destacados da imprensa de Uberlândia, verifica-se esse nível baixo e também em várias passagens como tendem a ser publicações “sem classe”, podendo afetar todas as classes sociais.

Hoggart dá voz à classe trabalhadora e expõe os grandes temas da existência, cujos vários deles também são os desse estudo, ou seja, casamento, filhos, sexo, relações com outrem, crimes, traições, amores, alcoolismo, ciúmes. Algumas práticas são tratadas com tolerância pelo pertencimento não automático nas sociabilidades cotidianas nos vários espaços, estabelecendo-se um “nós” diante e diferente de um “eles”. Clubes, festas, bares, o lazer com clivagens de classe social, que não se restringe a vanguarda. A mulher que organiza a vida doméstica, mas não, necessariamente, de modo subordinado, havendo que historicizá-la. O homem que é o chefe do lar. A linguagem, portanto, como prática social e que não está separada das ações dos homens, mulheres e de suas experiências.

Analisando as descrições da classe trabalhadora inglesa dos anos 30 ao final dos anos 50 (HOGGART, 1973), verifica-se o quanto há história possui de mudanças, mas também de

permanências e de uma diversidade de sujeitos numa mesma temporalidade. Para exemplificar, basta verificar a descrição que o autor faz das mulheres, das mães, filhas, pai e filhos e seus valores predominantes. Assim, a casa considerada o centro da vida familiar e mesmo que haja certa mobilidade dos sujeitos há alguns padrões de comportamento quanto aos lugares, atitudes, “papeis” de homens e mulheres. A mãe como o centro da casa e a verdadeira vida está em se casar e fundar um lar. As tarefas domésticas são afazeres das mulheres, da mãe, com auxílio das filhas. O espaço do público, do trabalho fora de casa pertence ao homem, provedor, chefe, mesmo que algumas mulheres trabalhem fora. Há valores morais, concepções sobre virilidade e o peso da tradição que recai sobre homens que seriam motivos de chacota e de serem considerados afeminados caso se dedicassem a algumas atividades que são consideradas predominantemente do universo masculino, como lavar roupa, mesmo que possam, em algumas famílias, ajudar a mulher em certas atividades que são tidas como delas. (HOGGART, 1973, vol 1., p.51 a 71).

Interessante observar na imprensa contemporânea, os valores pregados pela Escola de Princesas constituída recentemente em Uberlândia-MG. (RESENDE, 2013), com filial sendo aberta em Belo Horizonte e repercussão nacional, tendo matéria estampada na Folha de S.P (Folha de S.P C6 Cotidiano “Em Minas, escola ensina a garotas modos de princesa”, 28 junho de 2013.), onde o corte e costura, a culinária básica, lavanderia, primeiros socorros, valores e princípios morais do matrimônio e de atitudes que se deve cultivar para a espera do príncipe são temas tratados junto às meninas. A matéria polêmica sobre a Escola, cujos princípios são direcionados somente às meninas e não aos meninos, dicotomizando os espaços e “papeis” para o masculino e feminino no séc. XXI e não na primeira metade do séc. XX, causou manifestações nas redes sociais digitais, especialmente Facebook e na imprensa local e nacional, tanto a favor da Escola quanto se questionando sua proposta, num debate entre educadores(as), mães das meninas que frequentam, feministas e representantes dos movimentos de mulheres e pessoas de outros setores. Aqui também se entende que os meios de comunicação instituem, constituem e são meios de produção.

Assim, o contato com esse historiador inglês, cuja obra parece se confundir com sua trajetória, assim como no caso dessa estudiosa, também abre caminhos para essa pesquisa, no sentido de questionar, como o autor o faz diante suas evidências, sobre a influência das publicações em massa (cuja seleção de quais histórias e como contá-las não é neutra) dentro da comunidade e sua relação com atitudes aceitas, incorporadas ou alteradas e como essa apropriação é feita. Também o peso da tradição, via memória, reminiscência, metáforas, paródias, frases de efeito, expressões (na linguagem e nos gestos), enquanto movimento de

resistência, adaptação, permanência, continuidade, como dialogar com as estereótipias e as noções que determinados termos/palavras vão assumindo, nesse processo.

### **3. Considerações Finais**

Pode-se dizer que o curso “Culturas, Espaços e Sociabilidades” contribuiu significativamente para o (re)pensar do projeto e com encaminhamentos para a pesquisa.

A tese deriva de um processo de reflexão e não é um produto pronto, tendo a ver com o como a pesquisadora se insere no trabalho, organiza-o e dialoga com os sujeitos e as evidências. Essas, quando se tornam fontes, de naturezas diferenciadas contêm práticas, linguagens, num contexto de presente cuja incorporação hegemônica do mercado, do consumo com expansão das relações capitalistas de produção e organização da vida social no campo e na cidade. Nesse panorama, os atores da história se fazem socialmente nos processos de avanços e recuos, reivindicando-nos fazer a crítica e verificar onde está a luta.

Foi bastante reforçado no curso e há que se atentar para o fato de que lidamos com sujeitos concretos e de “carne e osso” e não abstratos, tampouco universais, que pairam no nível ideológico, numa suposta separação base e superestrutura, mas numa relação dialética e que têm vivências cotidianas, significativas e conflituosas (WILLIAMS, 2011).

Diante da noção-problema: experiência, parte do título desse trabalho (SCOTT, 1998, p.318 a 325), mesmo não fazendo parte da indicação bibliográfica do curso, creio que seja importante o reforço da tentativa de analisar como que categorias de representação para a análise como gênero ou violência atingiram seu status fundador? Quais os efeitos de sua articulação? O que significa estudar o passado em função delas e para indivíduos pensarem sobre si mesmos nesses termos? E ainda a relação entre a saliência delas em nossa época e sua existência ou não no passado? Como se constroem subjetividades na linguagem/discursos? As respostas não existem fora dos discursos que as produzem. E uma única narrativa não parece dar conta das experiências. Narrativas são históricas e não reflexos de verdades externas ou internas. As diferenças surgem nas relações de poder. Voltar a atenção para a história dos próprios conceitos (contestados e contraditórios), para historiadores(não neutros) consideraram seus projetos não a reprodução do conhecimento, advindos da experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento. A escolha sobre quais categorias historicizar é política. Esse enfoque não nega sujeitos, mas interroga os processos de sua criação e repensa a história e função do(a) historiador(a), abrindo novos caminhos para pensar a mudança. Assim, o desafio fundamental é compreender as operações dos processos discursivos complexos e

mutáveis pelos quais identidades são afirmadas para não torná-las fixas, naturalizadas, essencializadas.

Os procedimentos de pesquisa compõem o ofício do historiador, são escolhas que implicam responsabilidade e há um compromisso social e político dessa futura historiadora como tarefa de intervenção, precisando também esse lugar social de produção ser problematizado. Há o cuidado para que esse não seja restrito à militância que teria dificuldades em enxergar a diversidade, mas que ela é também um lugar que compõe esse fazer e experiência. No entanto, isso pode ser feito, criticamente, sem o uso de “carteirinha”, sob o risco de ignorar as experiências vividas por sujeitos reais, complexos e em disputas inseridos na história.

O curso possibilitou o autoconhecimento e verificação das marcas impressas na pesquisadora no processo histórico, certamente porque o passado tem essa existência ativa no presente, com tamanha importância política e essa relação passado-presente não cessa de acontecer e de produzir incômodos e daí uma ou, quem sabe, várias teses.

## Referências

CRUZ, Heloisa et al. Introdução. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olhos D'Água, 2006, p. 9-21.

FENELON, Déa Ribeiro et al. Muitas memórias, outras históricas. In: Introdução. *Muitas memórias, outras histórias*: São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 5-13.

GUERRA, Cláudia C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia (1980-1995)*, 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1998.

GUERRA, Cláudia C.; NOVAIS, Gercina S. & VIEIRA, Analúcia M. (Org.). *Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar – Uberlândia*: Hebrom, 2012. 202p.

GUERRA, Cláudia C. Decifrando *Significados das representações de violência e de gênero: discursos e práticas de atores de instituições sociais, em Uberlândia-MG*. (1988 a 2012). Projeto de Pesquisa para processo seletivo doutorado no Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social, linha História e Cultura, da Universidade Federal de Uberlândia, set. de 2012.

GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. In: *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olhos D'Água, 2000, p. 282-295.

HOGGART, Richard. Prefácio; Quem são as classes trabalhadoras?; As paisagens e suas figuras – um cenário. In: *As utilizações da cultura 1*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença LTDA, 1973, p-9-86.

HOGGART, Richard. O Deslassar das molas da ação (itens A e B); A nova arte de massas: o sexo em embalagens vistosas. *As Utilizações da Cultura 2*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1973, p. 9-20; 103-136.

INÁCIO, Paulo Cesar (Campus Avançado de Catalão-UFG). Cap, 3. O pão nosso de cada dia, o salário a cada mês: fazendo a cidade outra vez. In: *O desafio da interpretação das memórias de trabalhadores, nos movimentos de identificação do passado enquanto direito ao presente*. Tese de doutorado, UFU, s/d. e oficina ministrada em 10/07/2013.

LANGARO, Jiane Fernando. *Histórias e linguagens: memórias públicas e olhares de trabalhadores sobre o passado de Toledo-PR(1950-2010)*. Apresentação e cap. V da Tese de Doutorado, PUC-SP, 2012. Texto impresso e oficina ministrada em 03/07/2013.

OLIVEIRA, Carlos A(UESC, Ilheus-BA). *Memórias de estivadores*. Imagens, estigmas e representações. Texto em PDF, s/d. e oficina ministrada em 26/06/3013.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda uma categoria útil para a história oral? In: *A memória entre Política e Emoção*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011(Coleção Ideias), p. 95-106.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. *Ensaio de História Oral*. Seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Trad. Fernando Luis Cassio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010 (Coleção Ideias), p.19-35.

RESENDE, Fernanda. Escola de princesas em Uberlândia supera expectativas de professora. Em menos de seis meses de criação a escola já atendeu 400 meninas. Projeto ensina princípios morais, sociais, etiqueta e comportamento, disponível em: <http://WWW.g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

SARLO, Beatriz. A História contra o esquecimento; um olhar político – em defesa do partidarismo na arte. In: *Paisagens imaginárias*. EDUSP, 1997, p. 35-42; p. 55-63.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História* - 16. São Paulo: PUC, fev. 1998, p.297-325.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica; o termo ausente; experiência. In: *Miséria da teoria* ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981, p.47-62 e p.180-201.

WILLIAMS, Raymond. Cultura, Língua, Ideologia, Hegemonia, Tradições, Instituições e Formações, Dominante, Residual e Emergente. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.17-76; p.111-129.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. Meios de comunicação como meios de produção. In: *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: UNESP, 2011, p. 43-86.

**Fontes de jornais:** *A Notícia, Primeira Hora, Correio de Uberlândia/Correio do Triângulo/Correio, O Triângulo*, período de 1987 a 1996, *Folha de S.P C6 Cotidiano* “Em Minas, escola ensina a garotas modos de princesa”, 28 junho de 2013.